



# CEM

## CADERNO DE EXERCÍCIOS *MASTER*

### Direito Penal

# Agente da Polícia Civil

Período: 2010 - 2017

## Sumário

Direito Penal .....	3
Princípios de Direito Penal.....	3
Lei Penal.....	3
Ação e Omissão.....	5
Dolo, Culpa e Preterdolo .....	5
Nexo de Causalidade .....	6
Crime Impossível.....	6
Tentativa .....	7
Arrependimento Posterior .....	7
Ilicitude .....	7
Imputabilidade.....	9
Culpabilidade.....	10
Sujeito Ativo e Passivo.....	11
Concurso de Pessoas .....	11
Pena .....	12
Concurso de crimes .....	13
Crimes contra a vida .....	13
Lesões corporais.....	15
Crimes contra a honra.....	15
Crimes contra a liberdade individual.....	16
Crimes Contra o Patrimônio .....	16
Crimes contra a Liberdade Sexual .....	19
Crimes contra a fé pública.....	22
Crimes contra a Administração Pública.....	23
Gabarito .....	25

## **Direito Penal**

### **Princípios de Direito Penal**

#### **1) FUMARC - Inv Pol (PC MG)/PC MG/2014**

Quanto aos princípios constitucionais de natureza penal, NÃO é correto o que se afirma em:

- a) As penas no Brasil têm caráter preventivo e retributivo.
- b) A obrigação de reparar o dano produzido pelo crime não pode se estender aos familiares do preso, sob forma de sucessão.
- c) O princípio constitucional da responsabilidade pessoal significa que a pena não pode passar da pessoa do condenado.
- d) O princípio da proporcionalidade significa que a pena deve ser proporcional ao crime, ou seja, guardar equilíbrio entre a infração praticada e a sanção imposta.

#### **2) CESPE - Ag Pol (PC PE)/PC PE/2016**

Acerca dos princípios básicos do direito penal brasileiro, assinale a opção correta.

- a) O princípio da fragmentariedade ou o caráter fragmentário do direito penal quer dizer que a pessoa cometerá o crime se sua conduta coincidir com qualquer verbo da descrição desse crime, ou seja, com qualquer fragmento de seu tipo penal.
- b) O princípio da anterioridade, no direito penal, informa que ninguém será punido sem lei anterior que defina a conduta como crime e que a pena também deve ser prevista previamente, ou seja, a lei nunca poderá retroagir.
- c) É possível que uma lei penal mais benigna alcance condutas anteriores à sua vigência, seja para possibilitar a aplicação de pena menos severa, seja para contemplar situação em que a conduta tipificada passe a não mais ser crime.
- d) O princípio da insignificância no direito penal dispõe que nenhuma vida humana será considerada insignificante, sendo que todas deverão ser protegidas.
- e) O princípio da ultima ratio ou da intervenção mínima do direito penal significa que a pessoa só cometerá um crime se a pessoa a ser prejudicada por esse crime o permitir.

### **Lei Penal**

#### **3) FUMARC - Inv Pol (PC MG)/PC MG/2014**

Sobre a Lei Penal, é CORRETO afirmar que

- a) não retroage, salvo para beneficiar o réu.
- b) não retroage, salvo se o fato criminoso ainda não for conhecido.
- c) retroage, salvo disposição expressa em contrário.
- d) retroage, se ainda não houver processo penal instaurado.

**4) VUNESP - Insp PC CE/PC CE/2015**

Em virtude da seca que assola o país, considere a hipótese em que seja promulgada uma Lei Federal ordinária que estabeleça como crime o desperdício doloso ou culposo de água tratada, no período compreendido entre 01 de novembro de 2014 e 01 de março de 2015. Em virtude do encerramento da estiagem e volta à normalidade, não houve necessidade de edição de nova lei ou alteração no prazo estabelecido na citada legislação. Nessa hipótese, o indivíduo A que em 02 de março de 2015 estiver sendo acusado em um processo criminal por ter praticado o referido crime de “desperdício de água tratada”, durante o período de vigência da lei,

- a) poderá ser condenado pelo crime de “desperdício de água tratada” ainda que o período indicado na lei que previu essa conduta esteja encerrado.
- b) não poderá ser punido pelo crime de “desperdício de água tratada”.
- c) só poderá ser punido pelo crime de “desperdício de água tratada” se houver nova edição da lei no próximo período de seca.
- d) só poderá ser punido pelo crime de “desobediência” em virtude de não mais subsistir o crime de “desperdício de água tratada”.
- e) poderá ser condenado pelo crime de “desperdício de água tratada”, no entanto esta condenação não poderá ser executada.

**5) UEG - Ag Pol (PC GO)/PC GO/2013**

Em relação às leis temporárias, o princípio aplicável é o da

- a) ultratividade
- b) sucessão de leis no tempo
- c) continuidade delitiva
- d) retroatividade

**6) VUNESP - Insp PC CE/PC CE/2015**

Nos termos do Código Penal e em relação à territorialidade, é correto afirmar que, sem prejuízo de convenções, tratados e regras de direito internacional, ao crime cometido a bordo de aeronaves ou embarcações estrangeiras de propriedade privada

- a) é vedada a aplicação da lei brasileira se as aeronaves estiverem em voo no espaço aéreo correspondente e se as embarcações estiverem em mar territorial do Brasil.
- b) não se aplica a lei brasileira ao crime cometido a bordo de aeronaves ou embarcações estrangeiras de propriedade privada, ainda que aquelas estejam em pouso no território nacional ou em voo no espaço aéreo correspondente, e estas em porto ou mar territorial do Brasil.
- c) será aplicada a lei brasileira se as aeronaves estiverem em pouso no território nacional ou em voo no espaço aéreo correspondente, e as embarcações estiverem em porto ou mar territorial do Brasil.
- d) será aplicada a lei brasileira se as embarcações estiverem em porto brasileiro, mas é vedada a aplicação da lei brasileira se as embarcações estiverem em mar territorial do Brasil.
- e) será aplicada a lei brasileira se as aeronaves estiverem em pouso no território nacional, sendo

vedada a aplicação da lei brasileira se as aeronaves estiverem em voo no espaço aéreo correspondente.

**7) UEG - Ag Pol (PC GO)/PC GO/2013**

Em tema de aplicação da lei penal no espaço, tem-se como princípio reitor, o da

- a) proteção
- b) personalidade passiva
- c) personalidade ativa
- d) territorialidade

**Ação e Omissão**

**8) VUNESP - Insp PC CE/PC CE/2015**

Nos termos do Código Penal considera-se causa do crime

- a) a ação ou omissão sem a qual o resultado não teria ocorrido.
- b) a ação ou omissão praticada pelo autor, independentemente da sua relação com o resultado.
- c) exclusivamente a ação ou omissão que mais se relaciona com a intenção do autor.
- d) a ação ou omissão praticada pelo autor, independentemente de qualquer causa superveniente.
- e) exclusivamente a ação ou omissão que mais contribui para o resultado.

**Dolo, Culpa e Preterdolo**

**9) VUNESP - Inv Pol (PC SP)/PC SP/2013**

Em relação aos crimes dolosos e culposos, é correto afirmar:

- a) a culpa estará caracterizada se o agente previu o resultado e assumiu o risco de produzi-lo.
- b) o dolo estará caracterizado quando o agente quis o resultado ou assumiu o risco de produzi-lo.
- c) a culpa consciente estará caracterizada quando o agente assumiu o risco de produzir o resultado do crime.
- d) o dolo estará caracterizado se o agente previu o resultado, mas não assumiu o risco de produzi-lo.
- e) com fundamento na parte geral do Código Penal, o agente será responsabilizado pela prática de crime culposos se praticar uma conduta prevista na lei como crime doloso, mas tenha agido com imprudência, imperícia ou negligência, independentemente da previsão legal do crime na modalidade culposa.

**10) FUNCAB - Inv Pol (PC PA)/PC PA/2016**

Sobre o crime culposos, é correto afirmar que:

- a) é dispensável a verificação do nexo de causalidade entre conduta e resultado.
- b) há culpa quando o sujeito ativo, voluntariamente, descumpra um dever de cuidado, provocando resultado criminoso por ele não desejado.

- c) encontra seu fundamento legal no artigo 18. I. do Código Penal.
- d) sua caracterização independe da previsibilidade objetiva do resultado.
- e) se alguém atea fogo a um navio para receber o valor de contrato de seguro, embora saiba que com isso provocará a morte dos tripulantes, essas mortes serão reputadas culposas.

### Nexo de Causalidade

#### **11) VUNESP - Insp PC CE/PC CE/2015**

O indivíduo "B" descobre que a companhia aérea "X" é a que esteve envolvida no maior número de acidentes aéreos nos últimos anos. O indivíduo "B" então compra, regularmente, uma passagem aérea desta companhia e presenteia seu pai com esta passagem, pois tem interesse que ele morra para receber sua herança. O pai recebe a passagem e durante o respectivo vôo ocorre um acidente aéreo que ocasiona sua morte. Diante dessas circunstâncias, é correto afirmar que

- a) o indivíduo "B" será responsabilizado pelo crime de homicídio culposo se for demonstrado que o piloto do avião em que seu pai se encontrava agiu com culpa no acidente que o vitimou.
- b) o indivíduo "B" será responsabilizado pelo crime de homicídio doloso se for demonstrado que o piloto do avião em que seu pai se encontrava agiu com culpa no acidente que o vitimou.
- c) o indivíduo "B" será responsabilizado pelo crime de homicídio culposo, tendo em vista que sem a sua ação o resultado não teria ocorrido.
- d) o indivíduo "B" não praticou e não poderá ser responsabilizado pelo crime de homicídio.
- e) o indivíduo "B" será responsabilizado pelo crime de homicídio doloso, tendo em vista que sem a sua ação o resultado não teria ocorrido.

### Crime Impossível

#### **12) VUNESP - Insp PC CE/PC CE/2015**

O indivíduo "B", com intenção de matar a pessoa "D", efetua dez disparos de arma de fogo em direção a um veículo que se encontra estacionado na via pública por imaginar que dentro desse veículo encontrava-se a pessoa "D", contudo, não havia nenhuma pessoa no interior do veículo. Com relação à conduta praticada por "B", é correto afirmar que

- a) o indivíduo "B" poderá ser punido pelo crime de homicídio tentado, por analogia ao crime de homicídio em vista de sua intenção.
- b) o indivíduo "B" não poderá ser punido pelo crime de homicídio.
- c) o indivíduo "B" poderá ser punido pelo crime de homicídio consumado, em virtude da interpretação extensiva do crime de homicídio.
- d) o indivíduo "B" poderá ser punido pelo crime de homicídio consumado, por analogia ao crime de homicídio em vista de sua intenção.
- e) o indivíduo "B" poderá ser punido pelo crime de homicídio tentado, em virtude da interpretação extensiva do crime de homicídio em vista de sua intenção.

### Tentativa

#### **13) VUNESP - Inv Pol (PC SP)/PC SP/2013**

No que diz respeito ao conceito do crime, é correto afirmar que

- a) é considerada como causa do crime a ação ou omissão sem a qual o resultado não teria ocorrido, sendo que a superveniência de causa relativamente independente exclui a imputação do crime quando, por si só, produziu o resultado.
- b) ao agente que tenha por lei obrigação de cuidado, proteção ou vigilância, não será imputado o crime se apenas omitiu-se, ainda que pudesse agir para evitar o resultado.
- c) se considera o crime tentado quando iniciada a preparação; este não se consuma por circunstâncias alheias à vontade do agente.
- d) para a caracterização da omissão penalmente relevante é suficiente que o agente tivesse o poder de agir para evitar o resultado do crime.
- e) se pune a tentativa se, por ineficácia absoluta do meio ou por absoluta impropriedade do objeto, é impossível consumar-se o crime.

### Arrependimento Posterior

#### **14) VUNESP - Ag Pol (PC SP)/PC SP/2013**

De acordo com o Código Penal, a execução iniciada de um crime, que não se consuma por circunstâncias alheias à vontade do agente, caracteriza o(a)

- a) arrependimento eficaz.
- b) arrependimento posterior.
- c) tentativa.
- d) crime frustrado.
- e) desistência voluntária.

### Ilicitude

#### **15) CESPE - Ag Pol (PC PE)/PC PE/2016**

Acerca das questões de tipicidade, ilicitude (ou antijuridicidade) e culpabilidade, bem como de suas respectivas excludentes, assinale a opção correta.

- a) A inexigibilidade de conduta diversa e a inimputabilidade são causas excludentes de ilicitude.
- b) O erro de proibição é causa excludente de ilicitude.
- c) Há excludente de ilicitude em casos de estado de necessidade, legítima defesa, em estrito cumprimento do dever legal ou no exercício regular do direito.
- d) Há excludente de tipicidade em casos de estado de necessidade, legítima defesa, exercício regular do direito e estrito cumprimento do dever legal.
- e) A inexigibilidade de conduta diversa e a inimputabilidade são causas excludentes de tipicidade.

**16) VUNESP - Inv Pol (PC SP)/PC SP/2014**

Nos termos do Código Penal, “entende-se em \_\_\_\_\_ quem, usando moderadamente dos meios necessários, repele injusta agressão, atual ou iminente, a direito seu ou de outrem”.

Assinale a alternativa que completa corretamente a afirmação.

- a) estado de necessidade
- b) estrito cumprimento de dever legal
- c) legítima defesa
- d) exercício regular de direito
- e) coação irresistível

**17) VUNESP - Insp PC CE/PC CE/2015**

Com relação à legítima defesa, segundo o disposto no Código Penal, é correto afirmar que

- a) um dos requisitos para sua caracterização consiste na exigência de que a repulsa à injusta agressão seja realizada contra direito seu, tendo em vista que se for praticada contra o direito alheio estar-se-á diante de estado de necessidade.
- b) considera-se em legítima defesa aquele que pratica o fato para salvar de perigo atual, que não provocou por sua vontade, nem podia de outro modo evitar, direito próprio ou alheio, cujo sacrifício, nas circunstâncias, não era razoável exigir-se.
- c) a legítima defesa não resta caracterizada se for praticada contra uma agressão justa, ainda que observados os demais requisitos para sua caracterização.
- d) um dos requisitos para sua caracterização consiste na necessidade que a injusta agressão seja atual e não apenas iminente.
- e) o uso moderado dos meios necessários para repelir uma agressão consiste em um dos requisitos para caracterização da legítima defesa, ainda que essa agressão seja justa.

**18) VUNESP - Inv Pol (PC SP)/PC SP/2013**

Assinale a alternativa correta a respeito das excludentes de antijuridicidade previstas no Código Penal.

- a) Ao agir em estrito cumprimento de dever legal, o agente não responderá pelo excesso culposos, e, sim, apenas pelo excesso doloso.
- b) Considera-se em estado de necessidade quem pratica o fato para salvar de perigo atual, que provocou por sua vontade e podia de outro modo evitar, direito próprio ou alheio, cujo sacrifício, nas circunstâncias, não era razoável exigir-se.
- c) A alegação do estado de necessidade independe do fato de o agente ter o dever legal de enfrentar o perigo.
- d) Em qualquer das hipóteses de excludente de antijuridicidade, previstas na Parte Geral do Código Penal, o agente responderá pelo excesso doloso ou culposos.
- e) Para a caracterização da legítima defesa, basta que o agente demonstre ter repellido uma injusta agressão, atual ou iminente, a direito seu ou de outrem.



## Imputabilidade

### **19) VUNESP - Insp PC CE/PC CE/2015**

Nos termos do Código Penal, a imputabilidade penal é excluída pela

- a) embriaguez completa e culposa que torna o autor, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.
- b) doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, que torna o autor, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.
- c) emoção.
- d) paixão.
- e) embriaguez, proveniente de caso fortuito ou força maior, que privou o autor, ao tempo da ação ou da omissão, da plena capacidade de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

### **20) CESPE - Ag Pol (PC PE)/PC PE/2016**

Com relação a imputabilidade penal, assinale a opção correta.

Nesse sentido, considere que a sigla ECA, sempre que empregada, se refere ao Estatuto da Criança e do Adolescente.

- a) A embriaguez, quando culposa, é causa excludente de imputabilidade.
- b) A emoção e a paixão são causas excludentes de imputabilidade, como pode ocorrer nos chamados crimes passionais.
- c) A embriaguez não exclui a imputabilidade, mesmo quando o agente se embriaga completamente em razão de caso fortuito ou força maior.
- d) São inimputáveis os menores de dezoito anos de idade, ficando eles, no entanto, sujeitos ao cumprimento de medidas socioeducativas e(ou) outras medidas previstas no ECA.
- e) São inimputáveis os menores de vinte e um anos de idade, ficando eles, no entanto, sujeitos ao cumprimento de medidas socioeducativas e(ou) outras medidas previstas no ECA.

### **21) FUNCAB - Inv Pol (PC PA)/PC PA/2016**

Cremílson foi denunciado pelo Ministério Público por ter praticado lesão corporal de natureza grave. No curso de ação penal, resta comprovado ser ele portador de enfermidade mental, o que determinou sua absolvição imprópria. Isso significa que Cremílson:

- a) não era, ao tempo da sentença, inteiramente capaz de compreender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com este entendimento.
- b) não era, ao tempo da sentença, inteiramente capaz de compreender o caráter ilícito do fato, embora possuísse pela autodeterminação.
- c) era, ao tempo da ação, inteiramente incapaz de compreender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com este entendimento.

- d) não era, ao tempo da ação, inteiramente capaz de compreender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com este entendimento.
- e) era, ao tempo da sentença, inteiramente incapaz de compreender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com este entendimento.

### Culpabilidade

#### **22) VUNESP - Insp PC CE/PC CE/2015**

No tocante às disposições previstas no Código Penal relativas à culpabilidade, é correto afirmar que

- a) se o fato é cometido sob coação irresistível ou em estrita obediência à ordem, não manifestamente ilegal, de superior hierárquico, é punível o autor da coação ou da ordem tendo o autor do fato a pena diminuída de um a dois terços.
- b) o fato cometido sob coação irresistível ou em estrita obediência à ordem, não manifestamente ilegal, de superior hierárquico, não excluiu a culpabilidade do autor do fato.
- c) se o fato é cometido sob coação irresistível ou em estrita obediência à ordem, não manifestamente ilegal, de superior hierárquico, só é punível o autor da coação ou da ordem.
- d) se o fato é cometido sob coação irresistível ou em estrita obediência à ordem, mesmo que manifestamente ilegal, de superior hierárquico, é punível o autor da coação ou da ordem tendo o autor do fato a pena diminuída de um a dois terços.
- e) se o fato é cometido sob coação irresistível ou em estrita obediência à ordem, mesmo que manifestamente ilegal, de superior hierárquico, só é punível o autor da coação ou da ordem.

#### **23) CESPE - Ag Pol (PC GO)/PC GO/2016**

A respeito da aplicação da lei penal e dos elementos e das causas de exclusão de culpabilidade, assinale a opção correta.

- a) O princípio da legalidade pode ser desdobrado em três: princípio da reserva legal, princípio da taxatividade e princípio da retroatividade como regra, a fim de garantir justiça na aplicação de qualquer norma.
- b) São excludentes de culpabilidade: inimputabilidade, coação física irresistível e obediência hierárquica de ordem não manifestamente ilegal.
- c) Se ordem não manifestamente ilegal for cumprida por subordinado e resultar em crime, apenas o superior responderá como autor mediato, ficando o subordinado isento por inexigibilidade de conduta diversa.
- d) Emoção e paixão são causas excludentes de culpabilidade.
- e) Em razão do princípio da legalidade, a analogia não pode ser usada em matéria penal.

#### **24) FUNCAB - Inv Pol (PC PA)/PC PA/2016**

Afim de produzir prova em processo penal, o Juiz de Direito de determinada comarca encaminha requisição à Delegacia de Polícia local, ordenando que seja realizada busca domiciliar noturna na casa de um réu. O Delegado de Polícia designa, assim, uma equipe de agentes para o

cumprimento da medida, sendo certo que um dos agentes questiona a legalidade do ato, dado o horário de seu cumprimento. O Delegado confirma a ilegalidade. No entanto, sustenta que a diligência deve ser realizada, uma vez que há imposição judicial para seu cumprimento. Com base apenas nas informações constantes do enunciado, caso os agentes efetivem a busca domiciliar noturna:

- a) não agirão criminosamente, uma vez que aludem ao estrito cumprimento do dever legal.
- b) não agirão criminosamente, já que há mera obediência hierárquica.
- c) não agirão criminosamente, em virtude de coação moral irresistível.
- d) agirão criminosamente.
- e) não agirão criminosamente, pois amparados pelo estado de necessidade.

### Sujeito Ativo e Passivo

#### **25) UEG - Ag Pol (PC GO)/PC GO/2013**

Sobre o sujeito da infração penal, tem-se que

- a) nos denominados crimes vagos, não se faz possível determinar o sujeito passivo.
- b) a pessoa jurídica pode figurar como sujeito ativo nos crimes contra o sistema financeiro, tendo em vista a regulamentação legal.
- c) os crimes de concurso necessário são aqueles que necessitam da participação de mais de um autor, todos imputáveis.
- d) sujeito passivo do crime e prejudicado pelo crime sempre se reúnem na mesma pessoa.

### Concurso de Pessoas

#### **26) VUNESP - Insp PC CE/PC CE/2015**

No que diz respeito ao concurso de pessoas, segundo as disposições previstas no Código Penal, é correto afirmar que

- a) não se comunicam as circunstâncias e as condições de caráter pessoal, mesmo quando elementares do crime.
- b) quem, de qualquer modo, concorre para o crime incide nas penas a este cominadas, independentemente se quis participar de crime menos grave.
- c) o ajuste, a determinação ou instigação e o auxílio, salvo disposição expressa em contrário, não são puníveis, se o crime, apesar de iniciada a execução, não chega a ser consumado.
- d) quem, de qualquer modo, concorre para o crime incide nas penas a este cominadas, na medida de sua culpabilidade.
- e) se algum dos concorrentes quis participar de crime menos grave, a pena pode ser diminuída de um sexto a um terço.

#### **27) CESPE - Ag Pol (PC PE)/PC PE/2016**

**Texto CE1A04AAA**

Roberto, Pedro e Lucas planejam furtar uma relojoaria. Para a consecução desse objetivo, eles

passaram a vigiar a movimentação da loja durante algumas noites. Quando perceberam que o lugar era habitado pela proprietária, uma senhora de setenta anos de idade, que dormia, quase todos os dias, em um quarto nos fundos do estabelecimento, eles desistiram de seu plano. Certa noite depois dessa desistência, sem a ajuda de Roberto, quando passavam pela frente da loja, Pedro e Lucas perceberam que a proprietária não estava presente e decidiram, naquele momento, realizar o furto. Pedro ficou apenas vigiando de longe as imediações, e Lucas entrou na relojoaria com uma sacola, quebrou a máquina registradora, pegou o dinheiro ali depositado e alguns relógios, saiu em seguida, encontrou-se com Pedro e deu-lhe 10% dos valores que conseguiu subtrair da loja.

Na situação hipotética descrita no texto CE1A04AAA,

- a) Pedro e Lucas serão responsabilizados pelo mesmo tipo penal e terão necessariamente a mesma pena.
- b) o direito penal brasileiro não distingue autor e partícipe.
- c) Pedro, partícipe, terá pena mais grave que a de Lucas, autor do crime.
- d) Roberto será considerado partícipe e, por isso, poderá ser punido em concurso de pessoas pelo crime praticado.
- e) se a atuação de Pedro for tipificada como participação de menor importância, a pena dele poderá ser diminuída.

#### **28) FUNCAB - Inv Pol (PC PA)/PC PA/2016**

Sobre a participação em sentido estrito, é correto afirmar que:

- a) adota-se, no Brasil, a teoria de acessoriedade máxima.
- b) não há participação culposa em crime doloso.
- c) assume a condição de partícipe aquele que executa o crime, salvo quando adotada a teoria subjetiva.
- d) na teoria do domínio do fato, partícipe é a figura central do acontecer típico.
- e) o auxílio material é ato de participação em sentido estrito, ao passo em que a instigação é conduta de autor.

### **Pena**

#### **29) VUNESP - Inv Pol (PC SP)/PC SP/2013**

O legislador brasileiro, ao dispor sobre as funções da reprimenda pela prática de infração penal no artigo 59 do Código Penal - O juiz, atendendo à culpabilidade, aos antecedentes, à personalidade do agente, aos motivos, às circunstâncias e consequências do crime, bem como ao comportamento da vítima, estabelecerá, conforme seja necessário e suficiente para reprovação e prevenção do crime... -, adotou a teoria da

- a) função reeducativa da pena.
- b) função de prevenção especial da pena.
- c) função de prevenção geral da pena.
- d) função retributiva da pena.
- e) função mista ou unificadora da pena.

### Concurso de crimes

#### **30) VUNESP - Insp PC CE/PC CE/2015**

A previsão legal do Código Penal acerca do concurso formal de crimes dispõe que: “Quando o agente, , pratica dois ou mais crimes, idênticos ou não, aplica-se-lhe a mais grave das penas cabíveis ou, se iguais, somente uma delas, mas aumentada, em qualquer caso, de um sexto até metade. As penas aplicam-se, entretanto, cumulativamente, se a ação ou omissão é e os crimes concorrentes resultam de desígnios autônomos”.

Assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, o enunciado.

- a) mediante mais de uma ação ou omissão ... culposa
- b) mediante mais de uma ação ou omissão ... dolosa
- c) mediante uma só ação ou omissão ... culposa
- d) mediante uma ou mais de uma ação ou omissão ... culposa
- e) mediante uma só ação ou omissão ... dolosa

### Crimes contra a vida

#### **31) VUNESP - Ag Pol (PC SP)/PC SP/2013**

No tocante aos crimes dolosos e culposos, assinale a alternativa correta.

- a) Em tese, o homicídio culposo traz como consequência uma pena mais grave se comparada à pena do homicídio doloso.
- b) A negligência e a imperícia estão diretamente relacionadas ao crime culposos.
- c) Todo e qualquer crime de trânsito que venha a causar a morte de alguém é considerado doloso.
- d) No crime doloso, a lei não pune a simples tentativa de cometê-lo, enquanto que, no culposos, a tentativa é punida pela lei.
- e) O crime culposos caracteriza-se quando uma pessoa possui a vontade e a consciência de cometer um crime.

#### **32) VUNESP - Ag Pol (PC SP)/PC SP/2013**

Apolo conduzia seu automóvel por uma via pública quando seu veículo veio a ser “fechado” bruscamente pelo automóvel conduzido por Dafne. Em seguida, Apolo, muito nervoso por conta da “fechada” que levou, passou a perseguir Dafne com seu automóvel para “tirar satisfação” pelo ocorrido. Ao alcançar o veículo de Dafne, esta xingou Apolo com alguns “palavrões”. Ato contínuo, Apolo, que estava armado com um revólver, para o qual tinha a devida licença de porte de arma, disparou cinco tiros em Dafne, causando-lhe a sua morte instantânea.

Com base nos dados expostos, é correto afirmar que Apolo

- a) deverá responder pelo crime de lesão corporal seguida de morte.
- b) deverá responder pelo crime de homicídio qualificado por ter sido cometido por motivo

torpe.

c) cometeu o crime de homicídio simples, mas não sofrerá pena em razão de ter reagido a uma injusta provocação da vítima.

d) cometeu o crime de homicídio, mas terá diminuída sua pena em razão de ter porte de arma e de ter agido em legítima defesa da honra.

e) deverá responder pelo crime de homicídio qualificado por ter sido cometido por motivo fútil.

### 33) IBFC - Ag PJ (PC SE)/PC SE/2014

No crime de homicídio, previsto no título “Dos Crimes contra a Pessoa” do Código Penal, são circunstâncias qualificadoras, exceto:

a) Se o crime é cometido contra pessoa menor de 14 (quatorze) ou maior de 60 (sessenta) anos.

b) Se o crime é cometido para assegurar a execução, a ocultação, a impunidade ou vantagem de outro crime.

c) Se o crime é cometido com emprego de veneno, fogo, explosivo, asfixia, tortura ou outro meio insidioso ou cruel, ou de que possa resultar perigo comum.

d) Se o crime é cometido à traição, de emboscada, ou mediante dissimulação ou outro recurso que dificulte ou torne impossível a defesa do ofendido.

### 34) CESPE - Ag Pol (PC PE)/PC PE/2016

Acerca dos crimes contra a pessoa, assinale a opção correta.

a) Quando o homicídio for praticado por motivo fútil, haverá causa de diminuição de pena.

b) Sempre que um agente mata uma vítima mulher, tem-se um caso de feminicídio.

c) O homicídio e o aborto são os únicos tipos penais constantes no capítulo que trata de crimes contra a vida.

d) O aborto provocado é considerado crime pelo direito brasileiro, não existindo hipóteses de exclusão da ilicitude.

e) O aborto provocado será permitido quando for praticado para salvar a vida da gestante ou quando se tratar de gravidez decorrente de estupro.

### 35) UEG - Ag Pol (PC GO)/PC GO/2013

Quanto às qualificadoras no crime de homicídio, tem-se que

a) torpe é o motivo vil, moralmente reprovável, repugnante, como no caso do homicídio mercenário.

b) o homicídio privilegiado-qualificado não é admitido, tendo em conta a incompatibilidade entre a hediondez e o privilégio.

c) a tortura não pode ser considerada qualificadora, uma vez que possui tratamento próprio em legislação específica.

d) o motivo fútil não se comunica em caso de concurso de agentes, em razão de sua natureza objetiva.



### Lesões corporais

#### **36) VUNESP - Ag Pol (PC SP)/PC SP/2013**

No crime de lesão corporal culposa, a pena é aumentada quando

- a) o agente quer deliberadamente atingir a vítima e causar-lhe ferimento.
- b) o agente comete o crime sob o domínio de violenta emoção.
- c) o agente comete o crime por motivo torpe.
- d) o agente foge para evitar prisão em flagrante.
- e) a vítima estava indefesa.

#### **37) VUNESP - Insp PC CE/PC CE/2015**

É um resultado que caracteriza o crime de lesão corporal de natureza grave, cuja pena é de reclusão de um a cinco anos:

- a) incapacidade para as ocupações habituais, por mais de dez dias.
- b) incapacidade para as ocupações habituais, por mais de vinte dias.
- c) debilidade temporária de membro, sentido ou função.
- d) incapacidade para as ocupações habituais, por mais de quinze dias.
- e) aceleração de parto.

#### **38) FUNCAB - Inv Pol (PC PA)/PC PA/2016**

Considerando apenas as informações existentes nas alternativas, assinale aquela que caracteriza crime de lesão corporal gravíssima (art. 129, § 2º, do CP).

- a) Provocar dolosamente a perda de audição em um dos ouvidos da vítima.
- b) Queimar culposamente significativa parte do corpo da vítima, de modo a causar-lhe deformidade permanente.
- c) Agredir a vítima com intenção de interromper sua gravidez mediante aborto, o que efetivamente ocorre.
- d) Transmitir a vítima, intencionalmente, enfermidade grave, mas curável.
- e) Lesionar a vítima dolosamente, causando-lhe por culpa incapacidade permanente para o trabalho.

### Crimes contra a honra

#### **39) FUNCAB - Inv Pol (PC PA)/PC PA/2016**

Leia as alternativas a seguir e assinale a correta.

- a) A pessoa jurídica pode figurar como sujeito ativo de crime contra a administração pública previsto no Código Penal.
- b) A pessoa jurídica pode ser sujeito passivo em crime de difamação.
- c) Os inimputáveis não podem ser vítimas de crimes contra a honra.
- d) A pessoa jurídica só pode ser sujeito passivo em crimes patrimoniais.

e) O inimputável por embriaguez proveniente de caso fortuito não pode figurar como sujeito passivo.

### **Crimes contra a liberdade individual**

#### **40) FUNCAB - Inv Pol (PC PA)/PC PA/2016**

O crime de ameaça:

- a) pressupõe a injustiça do mal prometido
- b) é de ação penal privada.
- c) não admite transação penal.
- d) não pode ser praticado por meios simbólicos.
- e) quando usado como meio executório de um roubo, coexiste com este em concurso de crimes.

### **Crimes Contra o Patrimônio**

#### **41) VUNESP - Inv Pol (PC SP)/PC SP/2013**

No que diz respeito aos crimes contra o patrimônio previstos no Código Penal, é correto afirmar que

- a) subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência a pessoa, e mantendo a vítima em seu poder, restringindo sua liberdade, caracteriza o crime de extorsão mediante sequestro.
- b) o crime de furto é qualificado se praticado com destruição ou rompimento de obstáculo à subtração da coisa.
- c) sequestrar pessoa com o fim de obter, para si ou para outrem, qualquer vantagem, como condição ou preço do resgate, caracterizará o crime de roubo mediante sequestro se este durar menos do que 24 (vinte e quatro) horas.
- d) o crime de furto é qualificado se praticado durante o repouso noturno.
- e) quem acha coisa alheia perdida e dela se apropria, deixando de restituí-la ao dono ou legítimo possuidor ou de entregá-la à autoridade competente, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, não comete crime se desconhece a identidade do proprietário do objeto.

#### **42) VUNESP - Inv Pol (PC SP)/PC SP/2014**

Nos termos do Código Penal, assinale a alternativa que contenha apenas crimes contra o patrimônio.

- a) Homicídio; estelionato; extorsão.
- b) Estelionato; furto; roubo.
- c) Dano; estupro; homicídio.
- d) Furto; roubo; lesão corporal.
- e) Extorsão; lesão corporal; dano.



**43) VUNESP - Ag Pol (PC SP)/PC SP/2013**

Baco, cliente de uma vídeo locadora, aluga 4 filmes e os leva para casa. Passado o período de locação, Baco decide devolver somente 3 filmes e retém um deles com a intenção de ficar definitivamente com o filme de propriedade da locadora. Essa conduta de Baco configura o crime de

- a) apropriação indébita.
- b) furto.
- c) roubo.
- d) receptação.
- e) peculato.

**44) VUNESP - Insp PC CE/PC CE/2015**

No que diz respeito aos crimes contra o patrimônio, é correto afirmar:

- a) Comete o crime de esbulho possessório aquele que invade mediante concurso de mais de duas pessoas, ainda que sem violência ou grave ameaça, terreno ou edifício alheio, para o fim de esbulho possessório.
- b) Aquele que se apropria de coisa alheia que veio ao seu poder por caso fortuito ou força da natureza não pratica crime previsto no Código Penal.
- c) Fraudar execução, alienando, desviando, destruindo ou danificando bens, ou simulando dívidas é crime de ação penal pública incondicionada.
- d) Adquirir, receber, transportar, conduzir, ocultar, ter em depósito, desmontar, montar, remontar, vender, expor à venda, ou de qualquer forma utilizar, em proveito próprio ou alheio, no exercício de atividade comercial ou industrial, coisa que deve saber ser produto de crime tipifica o crime de receptação qualificada, ainda que o comércio seja irregular ou clandestino e desde que não seja exercido em residência.
- e) É isento de pena aquele que destruir coisa alheia em prejuízo de ascendente ou descendente, salvo se o parentesco for apenas civil.

**45) FEC - Insp Pol (PC RJ)/PC RJ/2012**

Antônio e Marisol, namorados há dois anos, decidem extorquir Marieta, irmã de Marisol, mantendo o filho desta em cárcere privado. Na hipótese:

- a) a ação penal em face de Marisol será pública condicionada a representação, por aplicação do Art. 182 do Código Penal, mas a ação em face de Antônio será pública incondicionada, por ser terceiro envolvido.
- b) a ação penal em face de Antônio e Marisol será pública incondicionada, uma vez que não se aplica o disposto no artigo 182 do Código Penal quando o crime é cometido com violência contra a pessoa.
- c) Marisol e Antônio têm direito à isenção de pena prevista no Art. 181, do Código Penal; ela, por ser irmã da ofendida; ele, por ser coautor, e o parentesco ser condição comunicável.
- d) Marisol tem direito à isenção de pena prevista no art. 181, do Código Penal, por ser irmã da ofendida, enquanto que Antônio não possui a mesma isenção por ser terceiro envolvido.
- e) como Marisol e Antônio mantêm um relacionamento amoroso, a isenção de pena a que

Marisol faz jus por ser irmã de Marieta também alcança Antônio.

**46) CESPE - Ag Pol (PC PE)/PC PE/2016**

**Texto CE1A04AAA**

Roberto, Pedro e Lucas planejaram furtar uma relojoaria. Para a consecução desse objetivo, eles passaram a vigiar a movimentação da loja durante algumas noites. Quando perceberam que o lugar era habitado pela proprietária, uma senhora de setenta anos de idade, que dormia, quase todos os dias, em um quarto nos fundos do estabelecimento, eles desistiram de seu plano. Certa noite depois dessa desistência, sem a ajuda de Roberto, quando passavam pela frente da loja, Pedro e Lucas perceberam que a proprietária não estava presente e decidiram, naquele momento, realizar o furto. Pedro ficou apenas vigiando de longe as imediações, e Lucas entrou na relojoaria com uma sacola, quebrou a máquina registradora, pegou o dinheiro ali depositado e alguns relógios, saiu em seguida, encontrou-se com Pedro e deu-lhe 10% dos valores que conseguiu subtrair da loja.

Considerando a situação hipotética apresentada no texto CE1A04AAA e os tipos penais inscritos no Código Penal sob o título “Dos Crimes contra o Patrimônio”, assinale a opção correta.

- a) Na situação considerada, a quebra da máquina registradora caracterizou emprego de violência na subtração de bem móvel e, conseqüentemente, a prática do crime de roubo.
- b) O cometimento do crime no período de repouso noturno poderá ser causa de aumento de pena.
- c) Apropriação indébita é o tipo penal em que incorrerá a pessoa que vier a adquirir algum dos relógios, desde que saiba ela tratar-se de fruto de crime.
- d) A venda dos relógios, objeto do crime cometido por Pedro e Lucas, configurará o crime de receptação.
- e) A situação em apreço traz o tipo penal furto mediante subtração de coisa alheia móvel com violência ou grave ameaça.

**47) UEG - Ag Pol (PC GO)/PC GO/2013**

Sobre o crime de furto, verifica-se que

- a) a primariedade não tem relevância para efeito de classificação do delito.
- b) o elemento subjetivo exigido é genérico, bastando a conduta dirigida à subtração.
- c) para sua configuração, é necessário que a conduta ocorra de forma clandestina.
- d) as coisas perdidas não podem ser objeto de furto.

**48) FUNCAB - Inv Pol (PC PA)/PC PA/2016**

Afim de subtrair pertences de Bartolomeu, Marinalda coloca barbitúricos em sua bebida, fazendo-o desfalecer. Em seguida, a mulher efetiva a subtração e deixa o local, sendo certo que o lesado somente vem a acordar algumas horas depois. Nesse contexto, é correto afirmar que Marinalda praticou crime de:

- a) estelionato.
- b) extorsão.
- c) roubo.
- d) apropriação indébita.
- e) furto qualificado.

### Crimes contra a Liberdade Sexual

#### **49) VUNESP - Inv Pol (PC SP)/PC SP/2013**

Assinale a alternativa correta no que tange aos crimes contra a pessoa e a dignidade sexual previstos no Código Penal.

- a) O homicídio será qualificado se for praticado por milícia privada, sob o pretexto de prestação de serviço de segurança, ou por grupo de extermínio.
- b) Constranger um homem, mediante violência ou grave ameaça, a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso diverso da conjunção carnal, caracteriza o crime de atentado violento ao pudor e não de estupro.
- c) Constranger alguém com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual, prevalecendo-se o agente da sua condição de superior hierárquico ou ascendência inerentes ao exercício de emprego, cargo ou função, caracteriza o crime de assédio sexual.
- d) Se o agente comete o crime de homicídio impelido por motivo de relevante valor social ou moral, ou sob o domínio de violenta emoção, independentemente de injusta provocação da vítima, o juiz pode reduzir a pena de um sexto a um terço.
- e) Não se caracteriza o crime de aborto provocado por terceiro aquele praticado pelo médico, se a gravidez resulta de estupro, ainda que sem o consentimento da gestante capaz.

#### **50) VUNESP - Inv Pol (PC SP)/PC SP/2014**

Nos termos do Código Penal, assinale a alternativa que contenha apenas crimes contra a dignidade sexual.

- a) Perigo de contágio venéreo; atentado ao pudor mediante fraude; assédio sexual.
- b) Assédio sexual; perigo de contágio venéreo; corrupção de menores.
- c) Estupro; atentado violento ao pudor; prostituição.
- d) Atentado violento ao pudor; sedução; estupro.
- e) Estupro; corrupção de menores; assédio sexual.

#### **51) CESPE - Ag Pol (PC GO)/PC GO/2016**

João, que acabara de completar dezessete anos de idade, levou sua namorada Rafaela, de doze anos e onze meses de idade, até sua casa. Considerando ser muito jovem para namorar, a garota aproveitou a oportunidade e terminou o relacionamento com João. Inconformado, João prendeu Rafaela na casa, ocultou sua localização e forçou-a a ter relações sexuais com ele durante o primeiro de treze meses em que a manteve em cativeiro. Após várias tentativas frustradas de fuga, um dia antes de completar quatorze anos de idade, Rafaela, em um momento de deslize de João, conseguiu pegar uma faca e lutou com o rapaz para, mais uma vez, tentar fugir. Na luta,

João tomou a faca de Rafaela e, após afirmar que, se ela não queria ficar com ele, não ficaria com mais ninguém, desferiu-lhe um golpe de faca. Rafaela fingiu estar morta e, mesmo ferida, conseguiu escapar e denunciar João, que fugiu após o crime, mas logo foi encontrado e detido pela polícia. Rafaela, apesar de ter sido devidamente socorrida, entrou em coma e faleceu após três meses.

Nessa situação hipotética, João

- a) responderá pelo crime de tentativa de homicídio.
- b) responderá por crime de estupro de incapaz, previsto no CP.
- c) não responderá pelo crime de estupro segundo a lei penal, de acordo com a teoria adotada pelo CP em relação ao tempo do crime.
- d) não poderá ser submetido à lei penal pelo cometimento de crime de cárcere privado, pois, à época do crime, ele era menor de idade.
- e) responderá pelo crime de homicídio, sem aumento de pena por ter cometido crime contra pessoa menor de quatorze anos de idade, uma vez que Rafaela, à época da morte, já havia completado quatorze anos de idade.

#### **52) CESPE - Ag Pol (PC GO)/PC GO/2016**

Maura e Sílvio, que foram casados por dez anos, se separaram há um ano e compartilham a guarda de filho menor. Sílvio buscava o filho na escola e o levava para a casa que era do casal, agora habitada somente pela mãe e pela criança, que fica aos cuidados da babá. A convivência entre ambos era pacífica até que ele soube de novo relacionamento de Maura. Sentindo-se ainda apaixonado por Maura, ele elaborou um plano para tentar reconquistá-la. Em uma ocasião, ao levar o filho para casa como fazia cotidianamente, Sílvio, sem que ninguém percebesse, pegou a chave da casa e fez dela uma cópia. Em determinado dia, ele comprou um anel e flores, preparou um jantar e, à noite, entrou na casa para surpreender a ex-esposa — nem Maura nem a criança estavam presentes. Maura havia deixado a criança com a avó e saíra com o namorado. Ao chegar à casa, bastante embriagada, Maura dormiu sem perceber que Sílvio estava na residência. Sílvio tentou acordá-la, mas, não tendo conseguido, despiu-a, tocou-lhe as partes íntimas e tentou praticar conjunção carnal com ela. Como Maura permanecia desacordada, Sílvio foi embora sem consumir o último ato.

Nessa situação hipotética, Sílvio

- a) cometeu o crime de tentativa de estupro.
- b) não cometeu crime algum porque já foi casado com Maura e tinha franco acesso à casa.
- c) não cometeu crime de estupro, porque não houve violência ou grave ameaça.
- d) cometeu crime contra a dignidade sexual, pois Maura, na situação em que se encontrava, não poderia oferecer resistência.
- e) cometeu apenas o crime de invasão de domicílio.

**53) FEC - Insp Pol (PC RJ)/PC RJ/2012**

Marco Antônio, caminhoneiro, é preso em flagrante praticando ato libidinoso com P., menor de quinze anos, em uma casa de prostituição mantida pela tia deste, Suzana, também conhecida como D. Suzinha, cafetina da região. O fato de P. ser menor de idade é conhecido de Marco Antônio, habitué do local e cliente costumeiro do rapaz. Na hipótese:

- a) Suzana praticou o crime de favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração de vulnerável, enquanto que a conduta de Marco Antônio é atípica, por ser P. maior de quatorze anos e consentir no ato, mesmo mediante paga.
- b) Marco Antônio praticou o crime de estupro de vulnerável, e Suzana o de favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração de vulnerável.
- c) praticaram ambos o crime de estupro de vulnerável.
- d) praticaram ambos o crime de favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração de vulnerável.
- e) nenhum deles praticou crime, uma vez que P. já está corrompido e é maior de quatorze anos.

**54) CESPE - Ag Pol (PC PE)/PC PE/2016**

Laura e Tiago são casados há seis anos, mas estão separados, de fato, há três meses, embora mantenham contato por conta de um filho, ainda criança, que possuem em comum. Certo dia, aproveitando-se da sua franca entrada na residência em que Laura mora com a criança, Tiago conseguiu subtrair a chave de um dos portões da casa, fez uma cópia dessa chave e devolveu o exemplar original ao seu lugar, sem que Laura disso tivesse conhecimento. Tempos depois, em dia em que Laura estava ausente de casa e o filho deles estava na casa da avó materna, Tiago entrou na casa da ex-esposa e ficou aguardando-a, com a intenção de surpreendê-la e reconquistá-la. Próximo à meia-noite desse mesmo dia, Laura chegou e, por estar bastante embriagada, adormeceu muito rapidamente, sem dar a Tiago a atenção de que ele acreditava ser merecedor. Este ficou enfurecido e enciumado e tentou, sem sucesso, acordá-la. Não tendo alcançado seu objetivo, Tiago resolveu manter, e efetivamente manteve, relação sexual com Laura, que então já estava praticamente desacordada.

Nessa situação hipotética, conforme os dispositivos pertinentes aos crimes contra a dignidade sexual insertos na Lei Maria da Penha e no Código Penal,

- a) para que o crime de estupro se configure, é preciso que tenha ocorrido conjunção carnal na relação sexual.
- b) Tiago não poderá ser acusado de crime de estupro porque Laura ainda é sua esposa.
- c) Tiago não poderá ser acusado de crime de estupro porque não usou de grave ameaça ou violência contra Laura.
- d) Tiago poderá ser acusado de crime de estupro de vulnerável.
- e) Tiago praticou o crime de assédio sexual, pois qualquer indivíduo pode ser sujeito ativo desse crime, independentemente de ostentar condição especial em relação à vítima.

**55) FUNCAB - Inv Pol (PC PA)/PC PA/2016**

Configura estupro de vulnerável a(o):

- a) prática de sexo anal consentido com adolescente de 14 anos de idade que esteja submetido à prostituição.
- b) constrangimento, mediante violência, de pessoa portadora de enfermidade mental à prática de conjunção carnal, ainda que a vítima tenha o necessário discernimento para a prática do ato sexual.
- c) manutenção de relações sexuais com pessoa desacordada em virtude de severa embriaguez, ainda que a vítima, depois de concluída a conduta e ao recuperar sua consciência, passe a consentir para com o ato libidinoso,
- d) indução de menor de 14 anos a presenciar a prática de atos libidinosos, a fim de satisfazer a lascívia de outrem.
- e) assédio, no ambiente de trabalho de adolescente aprendiz, que conte com 16 anos de idade, visando a obter favorecimento de natureza sexual.

**Crimes contra a fé pública**

**56) VUNESP - Insp PC CE/PC CE/2015**

Com relação aos crimes contra a fé pública, é correto afirmar:

- a) Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante configura crime diverso daquele que insere ou faz inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita naqueles documentos e demais condições.
- b) Aquele que falsifica, no todo ou em parte, cartão de crédito ou débito pratica o crime de falsificação de documento público.
- c) A pena prevista para aquele que destrói documento público é a mesma prevista para aquele que destrói documento particular de que não podia dispor, desde que ambas sejam praticadas em benefício próprio ou de outrem, ou em prejuízo alheio.
- d) Aquele que falsifica, no todo ou em parte, testamento particular pratica o crime de falsificação de documento particular.
- e) Aquele que apenas cede moedas falsas incorre nas mesmas penas previstas para aquele que as falsifica, fabricando-as ou alterando-as.

**57) FEC - Insp Pol (PC RJ)/PC RJ/2012**

Dentre os seguintes documentos, NÃO é documento particular equiparado a público para os fins de incriminação na figura de falsificação de documento público:

- a) o documento emanado de entidade para estatal.
- b) o testamento particular.
- c) o título ao portador ou transmissível por endosso.
- d) o livro mercantil.
- e) a confissão de dívida assinada por duas testemunhas.



**58) UEG - Ag Pol (PC GO)/PC GO/2013**

O tipo penal objetivo é composto, além do núcleo, por elementos secundários ou circunstanciais explícitos ou implícitos. Nesse contexto, qual das expressões típicas abaixo constitui um elemento normativo do tipo?

- a) O "alguém", no crime de homicídio.
- b) O "assenhoreamento definitivo", no crime de furto.
- c) O "documento", no crime de falsidade documental.
- d) A "coisa móvel", no crime de roubo ou furto.

**Crimes contra a Administração Pública**

**59) VUNESP - Inv Pol (PC SP)/PC SP/2013**

No que tange aos crimes praticados contra a Administração Pública, é correto afirmar que

- a) aceitar promessa de vantagem indevida ainda que fora da função pública ou antes de assumi-la, mas em razão dela, será caracterizado como corrupção passiva tentada se o agente não receber a vantagem.
- b) apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão de circunstâncias alheias ao cargo, caracteriza o crime de peculato.
- c) praticar ato de ofício contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal, caracteriza-se como crime de prevaricação.
- d) facilitar, por culpa, a revelação de fato de que tem ciência em razão do cargo e que deva permanecer em segredo caracteriza o crime de violação de sigilo funcional.
- e) solicitar, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, caracteriza o crime de concussão.

**60) VUNESP - Inv Pol (PC SP)/PC SP/2014**

Considerando os crimes contra a Administração Pública, previstos no Código Penal e praticados por funcionário público, é correto afirmar que a conduta de "solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem", tipificará o crime de

- a) emprego irregular de verbas.
- b) corrupção passiva.
- c) concussão.
- d) excesso de exação.
- e) peculato.

**61) VUNESP - Ag Pol (PC SP)/PC SP/2013**

O funcionário público que se apropria de dinheiro de que tem a posse em razão do cargo comete

o crime de

- a) furto qualificado.
- b) peculato.
- c) roubo.
- d) furto.
- e) extorsão passiva.

**62) VUNESP - Ag Pol (PC SP)/PC SP/2013**

Nos crimes praticados por funcionário público contra a Administração Pública em geral, conforme previsto no Código Penal, se o autor do crime for ocupante de cargo em comissão ou de função de direção ou assessoramento de órgão da administração direta,

- a) ele apenas perderá o cargo, mas ficará isento de pena.
- b) sua pena será reduzida.
- c) ele não responderá criminalmente pelo fato delituoso, mas apenas civil e administrativamente.
- d) sua pena será aumentada.
- e) acarretar-se-á a punição também daquele que o nomeou para o cargo.

**63) CESPE - Ag Pol (PC PE)/PC PE/2016**

Assinale a opção correta com relação a crimes contra a administração pública.

- a) Policial que exigir propina para liberar a passagem de pessoas por uma estrada cometerá corrupção passiva.
- b) O agente penitenciário que não recolher aparelhos celulares de pessoas em privação de liberdade cometerá crime de condescendência criminosa.
- c) Um governador que ordenar a aquisição de viaturas policiais e o pagamento destas com recurso legalmente destinado à educação infantil cometerá o crime de peculato.
- d) Se forem ocupantes de cargos em comissão ou de função de direção ou assessoramento de órgão da administração direta, sociedade de economia mista, empresa pública ou fundação instituída pelo poder público, os autores de crimes contra a administração pública terão direito a redução de suas penas.
- e) A circunstância de funcionário público é comunicável a particular que cometa o crime sabendo dessa condição especial do funcionário.

**64) FEC - Insp Pol (PC RJ)/PC RJ/2012**

Rogério, conhecido traficante do Morro do Bem-te-vi, foge da cadeia e busca auxílio para sair do Estado com seu irmão, Rafael. Este tenta ajudá-lo a fugir, levando-o no porta-malas do carro, mas ambos são presos na divisa com Minas Gerais. Rafael praticou o crime de:

- a) favorecimento pessoal, mas é isento de pena por ser irmão de Rogério.
- b) favorecimento pessoal.
- c) favorecimento real, mas é isento de pena por ser irmão de Rogério.
- d) favorecimento real.
- e) fuga de pessoa presa ou submetida a medida de segurança.



**65) IBFC - Ag PJ (PC SE)/PC SE/2014**

No crime de favorecimento pessoal, previsto no título “Dos Crimes contra a Administração Pública” do Código Penal, algumas pessoas, pela sua qualidade pessoal, ficam isentas de pena em decorrência do auxílio prestado ao criminoso. NÃO se inclui entre elas:

- a) O irmão do autor do crime.
- b) O colateral até o segundo grau do autor do crime.
- c) O cônjuge do autor do crime.
- d) O ascendente do autor do crime.

**Gabarito**

1) B	2) C	3) A	4) A	5) A
6) C	7) D	8) A	9) B	10) B
11) D	12) B	13) A	14) C	15) C
16) C	17) C	18) D	19) B	20) D
21) C	22) C	23) C	24) D	25) A
26) D	27) E	28) B	29) E	30) E
31) B	32) E	33) A	34) E	35) A
36) D	37) E	38) E	39) B	40) A
41) B	42) B	43) A	44) A	45) B
46) B	47) D	48) C	49) C	50) E
51) C	52) D	53) D	54) D	55) C
56) E	57) E	58) C	59) C	60) B
61) B	62) D	63) E	64) A	65) B